

Envio de propostas para II Jornada de Direito Processual Civil termina no próximo dia 20

II JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CHAMADA
PARA ENVIO DE
ENUNCIADOS: **ATÉ 20/7/2018**

Vai até o próximo dia 20 de julho o prazo para o envio de propostas de enunciados para a II Jornada de Direito Processual Civil. O evento será promovido pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ) em 13 e 14 de setembro deste ano, na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília. A iniciativa contará com a participação de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, procuradores, advogados, professores e especialistas convidados.

O objetivo da Jornada é padronizar posições interpretativas sobre o novo Código de Processo Civil (CPC), adequando-as às inovações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais, a partir do debate entre especialistas na matéria. Os interessados podem encaminhar até três proposições de enunciados. As propostas deverão ser encaminhadas por temas: Parte Geral, Processo de Conhecimento, Tutela Provisória e Procedimentos Especiais, Recursos e Precedentes Judiciais e Execução e Cumprimento de Sentença.

Os verbetes serão analisados pelas comissões, todas elas presididas por ministros do STJ (confira abaixo a composição completa). Cada grupo será responsável pela discussão e aprovação dos enunciados, que serão levados à reunião plenária para aprovação final. Confira a íntegra do regimento da II Jornada de Direito Processual Civil. Os interessados podem enviar enunciados clicando aqui.

A coordenação-geral do evento é do ministro Raul Araújo, corregedor-geral da Justiça Federal e diretor do CEJ. Já

Aviso

A SEPAT informa que está aberto o período de solicitação de bens permanentes de 2018. Os pedidos devem ser justificados e encaminhados à SEPAT, via e-mail ou ofício, até o dia 31/07. As unidades podem relacionar móveis, equipamentos eletrônicos e de informática. Como pretende-se agilizar o processo de compra, é necessário que as solicitações sejam enviadas o mais breve possível.

a coordenação-científica está a cargo do ministro Mauro Campbell Marques, do Superior Tribunal de Justiça. Para mais informações, acesse o site do CJF.

COMISSÕES - Serão formadas cinco comissões de trabalho para a apreciação das propostas de enunciados selecionadas pela coordenação científica. Os grupos serão integrados por professores e especialistas convidados, representantes de instituições e autores das proposições aprovadas pela coordenação científica.

A comissão Parte Geral será presidida pela ministra do STJ Nancy Andrighi e terá como relator o desembargador federal Ney Bello, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e como coordenadores científicos Nelson Nery Junior, José Miguel Garcia Medina e Daniel Mitidiero, além do juiz federal da 1ª Região Marcio André Lopes Cavalcante como secretário executivo. A presidente da comissão Processo de Conhecimento será a ministra Isabel Gallot-

ti, que contará com a relatoria do desembargador federal Rogério Meneses Fialho Moreira, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e a parceria dos coordenadores científicos Humberto Theodoro Júnior, Fredie Didier Junior e Eduardo Talamini e do juiz federal da 5ª Região Frederico Kohler, como secretário executivo.

Na comissão Tutela Provisória e Procedimentos Especiais, a presidência será do ministro Sérgio Kukina, relatoria do desembargador federal Fernando Quadros, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, coordenação científica de José dos Santos Bedaque, Sérgio Arenhart e Flávio Yarshell e secretaria executiva da juíza federal da 3ª Região Leila Paiva Morrison. A comissão Recursos e Precedentes Judiciais será presidida pelo ministro e vice-presidente do STJ e do CJF, Humberto Martins, e terá como relator o desembargador federal Aluisio Gonçalves de Castro Mendes, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, como coordenadores científicos Teresa Arruda Alvim, Casio Scarpinella Bueno e Rodolfo Mancuso, e como secretária executiva a juíza federal da 4ª Região Tais Schilling Ferraz.

Por fim, a comissão Execução e Cumprimento de Sentença contará na presidência com o ministro Ribeiro Dantas, na relatoria a desembargadora federal Mônica Nobre, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, a coordenação científica com Araken de Assis, Eduardo Arruda Alvim e Antonio do Passo Cabral e como secretário executivo o juiz federal da 2ª Região Marcelo Rosado. (Fonte: CJF)

Conselho de Administração aprova normativa sobre o teletrabalho na 1ª Região



Considerando as vantagens e benefícios advindos do teletrabalho para a Administração, para o servidor e para a sociedade, com a possibilidade de redução do impacto ambiental e dos custos operacionais do TRF 1ª Região, o Conselho de Administração, em sessão ordinária na manhã do dia 21/06, aprovou a regulamentação que trata do teletrabalho na Justiça Federal da 1ª Região. A Resolução será encaminhada agora para revisão ortográfica e em seguida para a assinatura do presidente do Tribunal, desembargador federal Carlos Moreira Alves.

Conforme definido no documento, o teletrabalho é a atividade laboral da Justiça Federal de 1º e 2º Grau da 1ª Região executada, em parte ou na totalidade, externamente às dependências do Tribunal, das seções ou subseções judiciárias mediante a utilização de tecnologias de informação e de comunicação.

A participação de servidor indicado para o regime de teletrabalho pelo gestor da unidade condiciona-se à aprovação formal do presidente do Tribunal ou do diretor do foro, por meio de portaria, observados os requisitos e as condições estabelecidas na Resolução que trata do assunto após manifestação da área de gestão de pessoas.

Ao fim da reunião, o presidente do TRF1 agradeceu aos magistrados e servidores que estiveram envolvidos na elaboração do documento pelo excelente trabalho realizado. (Fonte: TRF1)

Aniversariantes

Hoje: Tannille Ellen Nascimento de Macedo, Juíza federal substituta da 23ª Vara, Helenilza Santos Farias (2ª Vara) e Thiara da Silva Vieira Barreto (Itabuna). **Amanhã:** Bruno Meira Moteiro (Vitória da Conquista) e Ethelma Sandra Gomes da Costa (Turma Recursal).

Parabéns!



TUDO COMEÇA COM UMA IDEIA!

TRAGA SUA IDEIA PARA A SEMAD
(R. 9198, E-MAIL SEMAD.BA@TRF1.JUS.BR).
ELA PODE FAZER DIFERENÇA!

"Planejamento Estratégico - Juntos por uma Justiça Federal melhor - Você é parte!"

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Estagiária de jornalismo:** Joyce Melo Matos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.